

in NICO, B., NICO, L., TOBIAS, A., ZORRETA, V., GALHARDAS, E. & VALADAS, F. (2010). "Arqueologia educacional de um território: uma década de aprendizagens na freguesia de Juromenha (Alandroal)". in José Carlos Morgado *et al* (Orgs). *Atas do 2.º Congresso Internacional sobre Avaliação em Educação - Aprender ao Longo da Vida. Contributos, perspectivas e questionamentos do currículo e da avaliação*. Braga: Centro de Investigação em Educação/Instituto de Educação da Universidade do Minho.

Arqueologia educacional de um território: uma década de aprendizagens na freguesia de Juromenha (Alandroal)¹

Bravo Nico
Antónia Tobias
Vitor Zorreta
Universidade de Évora

Lurdes Nico
Direcção Regional de Educação do Alentejo

Elisabete Galhardas
Florabela Valadas
Câmara Municipal do Alandroal

Resumo: Conhecer e caracterizar o universo de aprendizagens disponível e concretizado num determinado território (concelho do Alandroal) e num determinado período (1997-2007), assumiu-se como a finalidade de um projecto de investigação que decorre desde 2008 e que é promovido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A reconstituição da realidade educacional deste município português, nas seis dimensões geográficas correspondentes às seis freguesias que o integram, tem revelado uma *fotografia* diversificada, no que respeita às instituições promotoras de qualificação e às trajectórias de aprendizagem que os indivíduos têm concretizado.

A comunicação que se apresenta *retrata* a realidade encontrada na mais pequena freguesia do concelho do Alandroal: Juromenha.

Palavras-chave: Aprendizagem ao longo da vida; Educação de Adultos; Qualificação

Introdução

Em Novembro de 2007, iniciou-se um dos maiores projectos de investigação em Educação, actualmente em curso, na região Alentejo, envolvendo a Universidade de Évora, a Direcção Regional de Educação do Alentejo, a Associação de Desenvolvimento Comunitário SUÃO, o jornal regional Diário do SUL e a Câmara Municipal do Alandroal. Sendo financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o projecto denominado "*Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal*", assume, como grande finalidade, a caracterização do universo de oportunidades de aprendizagens disponíveis e concretizadas num determinado território (Concelho do Alandroal), durante uma década (1997-2007). A reconstituição da realidade educacional deste município português, nas seis dimensões geográficas correspondentes às seis freguesias que o integram, tem revelado uma *fotografia* diversificada, no que respeita às instituições

¹ Comunicação decorrente do Projecto de Investigação "*Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal*", (referência PTDC/CED/81388/2006), promovido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

promotoras de qualificação e às trajectórias de aprendizagem que os indivíduos têm concretizado.

Na comunicação que se apresenta pretendemos *retratar* a realidade encontrada na mais pequena freguesia do concelho do Alandroal: Juromenha. As conclusões deste trabalho podem ser uma preciosa contribuição para os conhecimentos e compreensão dos percursos de aprendizagem protagonizados pelos indivíduos e a respectiva relação com as diferentes modalidades de aprendizagem disponíveis num determinado território.

I. Coordenadas do Território em Estudo (freguesia de Juromenha)

a) Caracterização e Enquadramento Histórico

Juromenha é uma pequena Vila do Concelho, no extremo Norte do distrito de Évora, implementada num largo outeiro, a 250 metros de altitude, que domina o Guadiana, a Este e a Sul, e a Ribeira de Mures, a Norte. A sua existência e importância não podem ser dissociadas do rio e da Fortaleza, imponente e monumental que se destaca na paisagem. Por outro lado, a proximidade com importantes núcleos urbanos, a Nordeste, de Alandroal, a Noroeste de Olivença e a sudoeste, de Elvas e Badajoz, determinam a sua posição geográfica-estratégica e a importância que adquiriu, durante alguns períodos históricos como um local de defesa e domínio contra o inimigo. Mas, a fortaleza, outrora imponente, não passa hoje de uma lamentável ruína.

A fortaleza ocupou lugar de relevo nas lutas pela formação da nacionalidade, conquistada aos mouros em 1167 por D. Afonso Henriques. Encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público através do Decreto nº 41.191, de 18 de Julho de 1957. Em precário estado de conservação, encontram-se concluídos os trabalhos de prospecção arqueológica, encontrando-se pendente de aprovação um projecto de requalificação de suas dependências como instalação hoteleira, inscrito num programa mais vasto de turismo para a região.

b) Caracterização Sócio-Demográfica

O declínio da actividade agrícola e o aumento dos serviços, que se concentram nos lugares de maior dimensão, conduziu à redução do efectivo populacional que se tem vindo a envelhecer.

O decréscimo e o envelhecimento da população estão, também, interligados com a migração interna. Encontrando-se debilitado o tecido económico da região, devido à fraca industrialização, os jovens e desempregados do sector agrícola, não sendo absorvidos pelo mercado de trabalho regional, procuram, sobretudo melhores condições de vida e de trabalho, em outras regiões mais desenvolvidas e, conseqüentemente, mais atractivas.

Os que, durante toda a vida, trabalharam na agricultura, em actividades sazonais, pelo facto de as suas qualificações escolares e profissionais serem reduzidas, não têm motivação e força de vontade suficientes para apostarem numa mudança, quer em termos de procura de emprego numa outra actividade, quer para uma possível migração para outra região.

O concelho apresenta, em termos demográficos, e em relação ao país, um acentuado aumento de idosos e uma diminuição de jovens. A freguesia apresenta uma baixa densidade populacional (5,9 hab/km², comparando com os 23,5 hab/km² da Região Alentejo). A população que reside em locais isolados representa cerca de 30% da população da freguesia de Juromenha.

No que se refere à distribuição etária da estrutura da população, verifica-se uma frágil presença dos grupos dos menores de 14 anos e dos indivíduos com idades entre os 14 e os 64. Esta situação revela um fenómeno que tem caracterizado todo o Alentejo: o duplo envelhecimento da população, por diminuição dos jovens e aumento dos idosos.

c) Caracterização económica

De acordo com os grupos de actividade económica (Classificação Portuguesa de Actividades Económicas), as actividades mais representativas na freguesia estão ligadas à agricultura, pecuária, caça e pesca. Este facto vem corroborar a evidente relação entre a acção do homem e os recursos naturais existentes e passíveis de exploração no território da freguesia de Juromenha. As actividades desenvolvidas e mais expressivas logo após o trabalho rural, a pecuária, a caça e a pesca, são o comércio a retalho, a restauração e a administração pública. As ofertas desportivas e de natureza religiosa, ao longo dos 10 anos de estudo, também se constituíram preponderantes na dinâmica social da população residente.

d) o Território e a Aprendizagem

Actualmente, há a percepção de que, em qualquer contexto territorial, ao conjunto de instituições com directas responsabilidades na disponibilização de ofertas educativas em contexto formal de aprendizagem, se deverá adicionar-se um outro conjunto, mais complexo e rico, de instituições e contextos locais gerador de aprendizagens não formais e informais. São contextos de aprendizagem que se geram nos ambientes quotidianos próprios da malha de relações sociais e familiares existente em cada realidade comunitária de residência, trabalho ou convívio, não esquecendo as corporações, associações e entidades locais que muito enriquecem os contextos não formais de educação.

Este segundo conjunto de instituições assume um maior protagonismo na formação dos indivíduos, nos territórios de cariz marcadamente rural, devido à escassez de espaços

formais de aprendizagem, a um forte espírito associativo e de participação cívica e social ainda existente no seio das pequenas comunidades locais portuguesas e concretizado na existência de um universo considerável de instituições oriundas da sociedade civil. O território é, neste âmbito, um elemento estruturante de todas as dinâmicas sociais que nele se geram e desenvolvem. É neste contexto que Ferragolo da Veiga (2005:233) refere que existem *“duas questões consideradas fundamentais para a compreensão da mudança no meio rural: uma concepção do espaço que considera a especificidade do seu território, função da sua história acumulada e da constelação de relações sociais, locais e globais; e uma concepção de actor, com capacidade reflexiva e de acção, que não retira importância à dimensão estrutural, mas que com ela se encontra intimamente associada”*.

Em Portugal, com a implementação dos processos de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), desde o ano 2000, foi possível começar a ter uma percepção mais clara da importância relativa das instituições e contextos locais no conjunto de aprendizagens concretizadas pelos indivíduos adultos, ao longo dos respectivos percursos vitais. Na realidade, ao basear-se numa matriz de abordagem em que as histórias de vida começaram a assumir um papel determinante, tem vindo a ser possível ter uma noção mais aproximada do que é a verdadeira importância da acção educadora das instituições locais das mais diferentes naturezas: empresas, associações de desenvolvimento, desportivas, de solidariedade, culturais, recreativas, juvenis e de âmbito religioso. Até, porque, como nos refere Arroteia *et al* (2000:157), *“a designação de mapa educativo contempla a existência de outros espaços educativos, que não só a escola, facto que não deve deixar de ser encarado, na actualidade.”*

A formação dos indivíduos é, neste contexto, um processo dinâmico que reflectirá, estruturalmente, as oportunidades de aprendizagem, local e territorialmente, existentes. Assim sendo, o conhecimento pormenorizado desta rede local de instituições e contextos promotores de oportunidades de aprendizagem é essencial para a cartografia completa da realidade educativa de um território (Imagário, 2007:27). Naturalmente, este exercício conceptual assume o pressuposto de que as dimensões geográfica, demográfica, social, económica e social condicionarão a geometria do **mapa das aprendizagens** de cada território e de cada indivíduo. Um mapa onde todos os nós da rede se deverão considerar, porque todos eles são, na realidade, coordenadas por onde passam os indivíduos nas suas trajectórias vitais (Nico, 2008:14). Até porque, no presente, *“a hegemonia da forma escolar e o monopólio educativo da escola têm vindo a ser postos em causa no domínio dos princípios (concepção de educação permanente) mas também no domínio das práticas”* (Canário, 1996:7).

Se, no território objecto do nosso estudo, existe um universo de oportunidades de aprendizagem e se considerarmos que todo *“o acto educativo está imerso num*

determinado contexto, que é a síntese de factores como o tempo, o espaço, a história, as experiências, os projectos e as circunstâncias naturais em que se desenvolvem os agentes da prática educativa" (Gómez, Freitas & Callejas, 2007:177), o estudo e a consideração do potencial educativo dos territórios deve ser uma das preocupações fundamentais no desenho e concretização de políticas locais promotoras de um modelo de desenvolvimento humano, cultural, económico e social.

O conceito de *Cidade Educadora*, incorporando este pensamento, aponta, na realidade, para a promoção de territórios geradores e promotores de boas condições para o exercício, com boa qualidade, do Direito à Educação, por parte dos indivíduos neles residentes ou neles intervenientes. É neste novo contexto que os territórios locais se assumem, também, como espaços de "relegitimação da acção pública" (Ferreira, 2005:102).

e) Procedimentos Metodológicos

Nas circunstâncias descritas, entendemos que a trajectória da investigação que, em 2007, iniciámos, teria que passar, obrigatoriamente, pelo recenseamento de todas as instituições em actividade no território do concelho do Alandroal, independentemente da respectiva área de actividade. Para tal, assumimos, como *instituição*, toda a *entidade*, juridicamente existente e fiscalmente activa.

Como *aprendizagem institucional*, foi considerada toda a oportunidade de aprendizagem identificada (em qualquer contexto) que revelasse um mínimo de intencionalidade e estruturação e que tivesse resultado da acção das instituições inquiridas, no período em estudo (1997-2007). Para garantir adequadas condições de concretização da pesquisa, foram estabelecidos protocolos com as autarquias locais (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia), a Direcção Regional de Educação do Alentejo, a Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Agrupamento de Escolas do Alandroal.

Desde o início de concretização do projecto, a Câmara Municipal do Alandroal disponibilizou apoio ao projecto de investigação, através da utilização de um gabinete, nas suas instalações físicas, e recursos humanos, 2 funcionárias com dedicação exclusiva a este projecto, com formação académica adequada aos objectivos do projecto e 1 um estagiário a tempo parcial.

Entre Janeiro de 2008 e a actualidade, uma equipa de investigadores tem, no terreno, concretizado o procedimento metodológico da pesquisa, de acordo com as seguintes fases:

- 1.ª Fase (Janeiro/2008-Junho/2009): Aplicação dos *Questionários das Aprendizagens Institucionais I e II*, a 286 instituições que se disponibilizaram a participar, de um universo de 328 instituições identificadas no território. Esta

primeira fase, destinou-se a identificar e caracterizar os universos de instituições existentes no território e de aprendizagens por elas organizadas e disponibilizadas;

- 2.ª Fase (em curso): Aplicação do *Questionário das Aprendizagens Pessoais (QAP)* a uma amostra semi-estratificada de 1084 pessoas recenseadas nas freguesias do território em estudo. Esta segunda fase destina-se a identificar e caracterizar o universo de aprendizagens concretizadas pela população adulta residente no território (concelho do Alandroal) durante uma década (1997-2007).

II. Os Resultados Disponíveis

a) A dimensão institucional

Da aplicação e posterior análise da informação recolhida pelos QAI I , QAI II na freguesia de Juromenha, é possível, à data desta comunicação, apresentar alguns dados, relativos às instituições inquiridas:

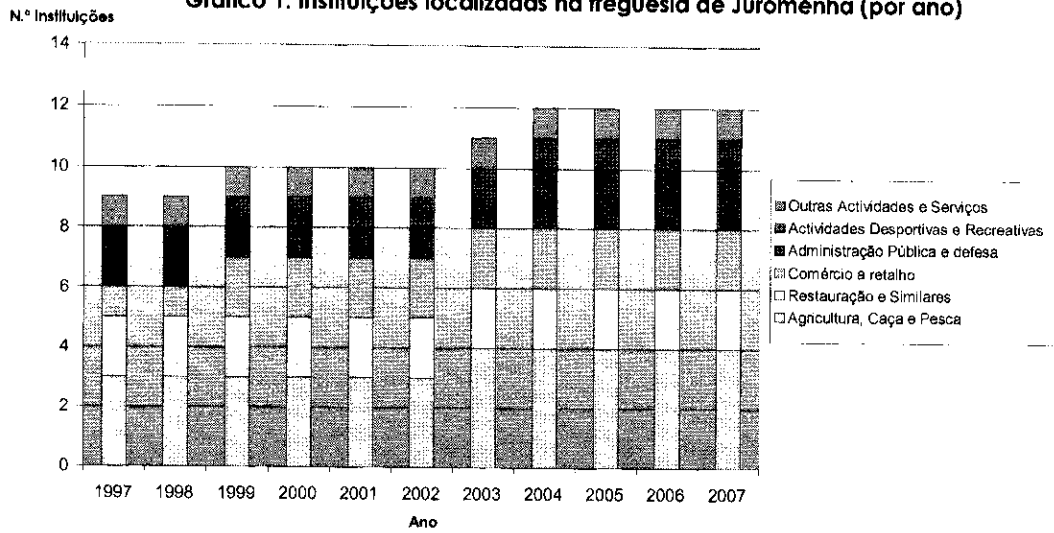
- i) Foram identificadas 13 instituições na freguesia em estudo e inquiridas 12 (Quadro 1). Da leitura, simples mas interessante, que se pode realizar do Quadro 1, podemos verificar que, atendendo ao facto de a população adulta da freguesia ser de 145 indivíduos, se podem retirar as seguintes inferências: Existe uma taxa elevada de instituições (13), para a dimensão demográfica da freguesia (145 adultos);
- ii) No período considerado (1997-2007), o número de ambientes de aprendizagem identificados/disponibilizados pelas instituições locais pode considerar-se significativo (47), o que poderá indiciar forte actividade associativa e, no seio desta, uma eventual preocupação com a qualificação da população;

Quadro 1 – Instituições e Aprendizagens Identificadas na freguesia de Juromenha (período 1997-2007)

Freguesia	Nº de instituições		Nº de aprendizagens identificadas
	Identificadas	Inquiridas	
Juromenha	13	12	47

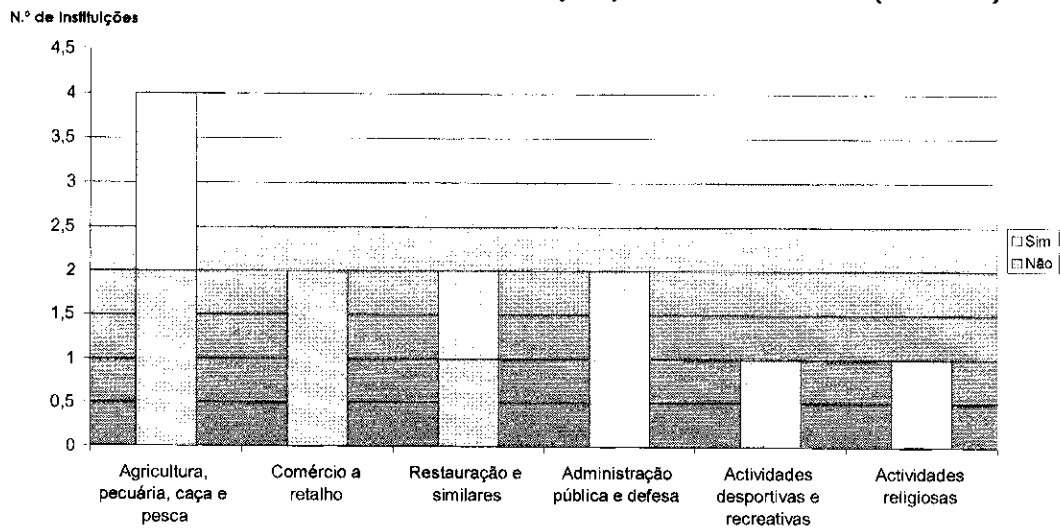
- iii) A maioria (66,7%) das instituições existentes foi fundada em datas anteriores a 1997, permanecendo ininterruptamente em actividade até 2007, enquanto que 33,3% foi fundada durante a década alvo de análise;

Gráfico 1: Instituições localizadas na freguesia de Juromenha (por ano)



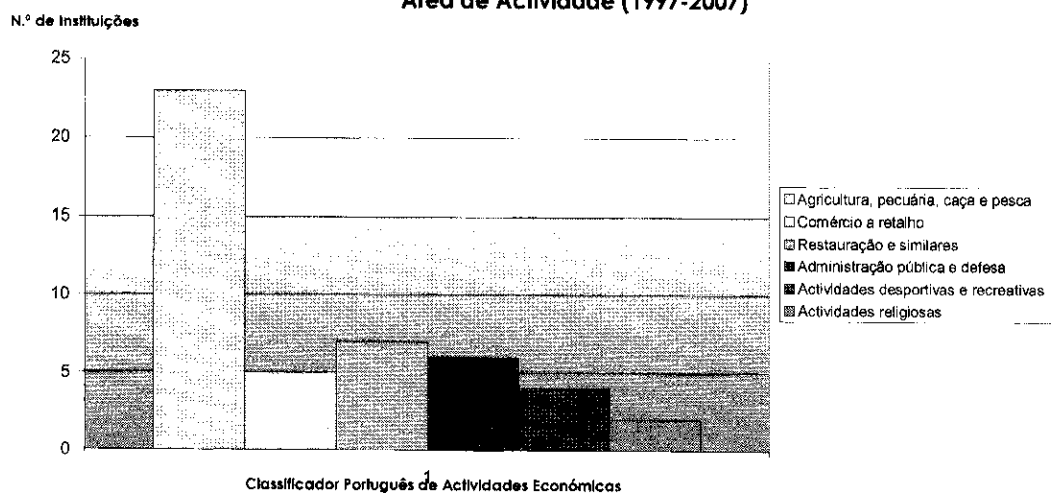
- iv) Durante o período compreendido entre 1997 e 2007, a acção protagonizada por alguns dos agentes locais é projectada num plano anual de actividades. São as entidades públicas e uma empresa privada (Jurofrutas) que se evidenciam por desenvolverem este instrumento de trabalho. As restantes entidades não implementam a prática de conceber um documento desta natureza;
- v) A contabilidade é organizada em 83,3% das instituições;

Gráfico 2: Realização de Reuniões de Direcção, por Área de Actividade (1997-2007)



- vi) O estabelecimento de uma eventual organização administrativa pressupõe a realização de reuniões de direcção e de assembleia. Em Juromenha as colectividades representadas reúnem os órgãos sociais, com regularidade;
- vii) Os relacionamentos interinstitucionais permitem a prestação de serviços mais concertados com o apoio de outras instituições. Seja este ao nível de supervisão, da prestação de serviços ou divisão de atribuições, o que parece inquestionável é a verificação de uma rentabilização de esforços que vai fomentar o desenvolvimento institucional, o que é notório no desenvolvimento local. As parcerias desenvolvidas no âmbito da agricultura, pecuária, caça e pesca são sobretudo com corporações de interesses semelhantes, com actuação à escala regional. Deve-se sublinhar a Escola Agrária de Elvas e a Federação Alentejana de Caçadores de Beja, que se constituem mais-valias ao bom funcionamento das instituições locais e certamente contribuirão para a potenciação dos ambientes de aprendizagem do sector agrícola, da pecuária, caça e pesca. No âmbito da restauração, são também evidentes as parcerias, no âmbito da implementação do Hazard Analysis Critical Control Points (HACCP). As restantes parcerias são mais evidentes entre instituições concelhias e locais, o que é bem evidente no associativismo, onde a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal do Alandroal e outras associações locais, como a Choupana, assumem um natural protagonismo;

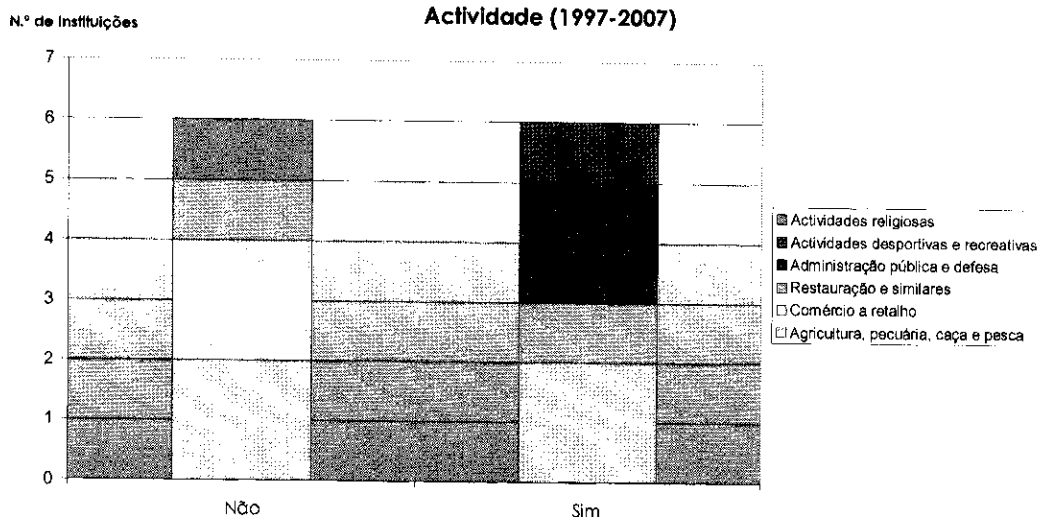
Gráfico 3: Número de Ambientes de Aprendizagem, por Área de Actividade (1997-2007)



- viii) Ao longo de 10 anos de actividade das instituições presentes em Juromenha, verifica-se, em média, a ocorrência de 4 ambientes de aprendizagem por instituição, o que é muito positivo e revelador de desenvolvimento local. Todavia,

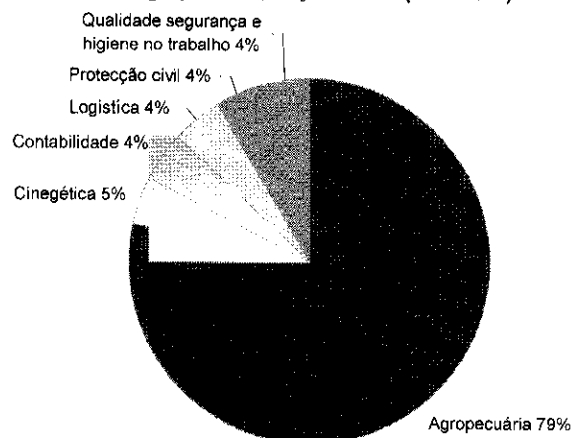
esses ambientes não se encontram distribuídos de modo tão uniforme e linear como transcrito. Importa caracterizar a sua acção de maneira a distinguir-se a sua dimensão nos diversos contextos. A “fotografia” tirada aos ambientes de aprendizagem reporta-nos para a existência de 47 ambientes, dos quais 23 se referem à área da agricultura, pecuária, caça e pesca (48,9%), merecendo um enfoque especial por constituir aproximadamente metade da totalidade dos ambientes identificados.

Gráfico 4: Estabelecimento de Relacionamentos Interinstitucionais, por Área de Actividade (1997-2007)



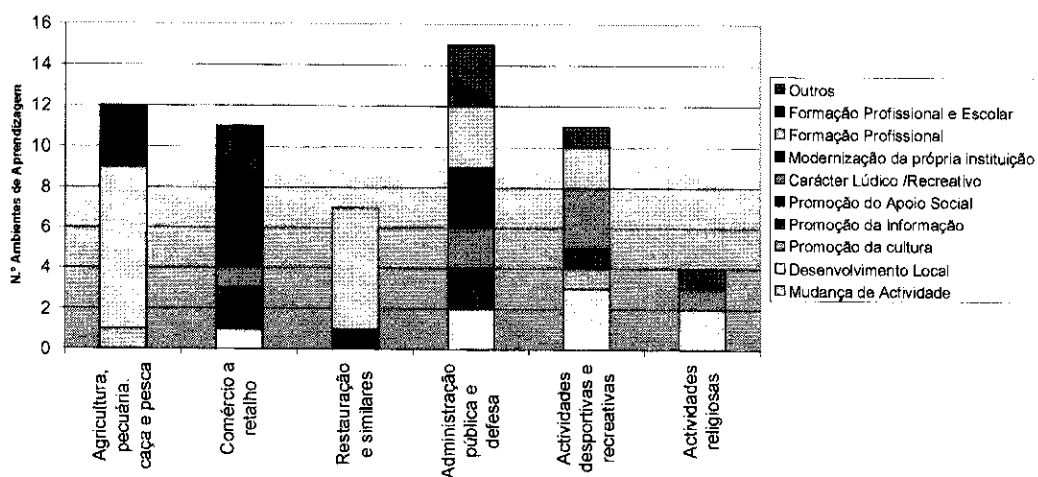
- ix) Os ambientes de aprendizagem proporcionam o desenvolvimento de conhecimentos em diversos domínios. Em Juromenha, a fileira da agropecuária apresenta-se como a mais promotora de aprendizagens. Nesta fileira, podemos encontrar actividades do quotidiano e relacionadas com as questões da qualidade, segurança e higiene no trabalho, protecção civil, contabilidade e finanças.

Figura 1: Categorias dos Ambientes de Aprendizagem da Agropecuária, Caça e Pesca (1997-2007)



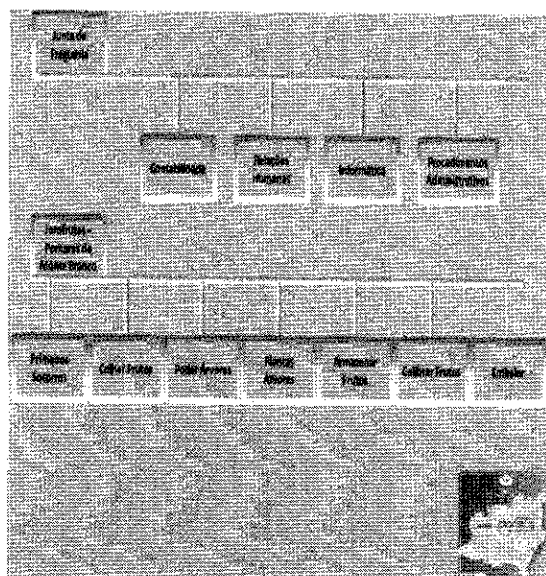
x) Cada ambiente de aprendizagem institucional tem uma ou mais meta(s) a atingir, independentemente da área de actividade privilegiada. A verdadeira aposta das entidades é na formação do pessoal da instituição. A par deste objectivo, parece vir associado a modernização da própria instituição e por sua vez o desenvolvimento local.

Gráfico 5 – Objectivos das Aprendizagens, por área de actividade (1997-2007)



Como exemplo, apresentamos, na Figura seguinte, o conjunto de ambientes de aprendizagem identificadas em duas das instituições inquiridas (Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Loreto e a empresa Jurofrutas-Pomares do Monte Branco):

Figura 1 – Aprendizagens Identificadas (exemplo)



Como se pode observar, nos dois casos apresentados, foi possível identificar 4 ambientes de aprendizagem disponibilizados pela autarquia (todos relacionados com a sua acção específica e dirigida aos seus responsáveis e colaboradores) e 7 ambientes de aprendizagem concebidos e disponibilizados por uma empresa (também desenhadas e orientadas para os seus funcionários). Da análise que já foi possível realizar a cada um destes ambientes de aprendizagem referenciados, podemos indicar que apenas um deles foi certificado (a aprendizagem da informática, disponibilizada pela Junta de Freguesia). No entanto, a certificação em causa não possui valor académico ou profissional legal.

b) dimensão pessoal

O conhecimento dos ambientes de aprendizagem pessoais, partindo da noção desenvolvida neste estudo, é retratado a vários níveis: familiar, profissional, participação activa e cívica na sociedade, quotidiano dos sujeitos. Cada um dos níveis em estudo pode considerar-se uma categoria de análise.

A amostra inquirida neste estudo é composta por 28 sujeitos, recenseados na freguesia de Juromenha e que em 1997 já tinham idade equivalente ou superior a 18 anos. O cálculo da amostra baseou-se na distribuição da população de acordo com os números do Instituto Nacional de Estatística nos Censos 2001 (INE, 2002). Os critérios seguidos para

distribuição da população da freguesia foram ao nível etário, género e habilitação literária.

Gráfico 6 : Amostra Inquirida

	N Feminino	%	N Masculino	%	TOTAL
Local de Residência 1997-2007					
Juromenha	14	50	13	46,4	96,4
Juromenha (outra localidade)	-	-	1	3,6	3,6
Idade					
30-37	1	3,6	-	-	3,6
38-47	4	14,3	5	17,9	32,1
48-57	1	3,6	3	10,7	14,3
58-57	2	7,1	-	-	7,1
68-67	4	14,3	3	10,7	24,1
78->82	2	7,1	3	10,7	17,8
Estado Civil					
Solteiro	-	-	2	7,1	7,1
Casado	10	35,7	10	35,7	71,4
Divorciado	1	3,6	-	-	3,6
Viúvo	3	10,7	2	7,1	17,8
Habilitação Literária					
Ausência (analfabeto)	4	14,3	2	7,1	21,4
2.º Ano	-	-	1	3,6	3,6
3.º Ano	1	3,6	-	-	3,6
4.º Ano	8	28,6	7	24,1	53,6
6.º Ano	1	3,6	1	3,6	7,1
9.º Ano	-	-	3	10,7	10,7

Reflexão Final

O universo de instituições existentes superou, em grande medida, as expectativas iniciais e o conjunto de aprendizagens identificadas está, claramente, para lá do que seria imaginável, num território tão pequeno e com uma demografia tão baixa. Temos, hoje, a clara percepção de que a análise – ainda em curso – às aprendizagens identificadas nos revelará um universo, ainda pouco conhecido, de contextos não formais e informais de educação, mas decisivo e significativo no processo de qualificação dos indivíduos residentes no concelho do Alandroal.

No momento em que se apresentam estes resultados, poderemos concluir que, pelo exemplo que recolhemos em Juromenha, a rede institucional existente no território em estudo terá, eventualmente, um papel relevante no **mapa educacional** do território do concelho do Alandroal. Parece-nos ser interessante concluir a cartografia da rede de instituições e de aprendizagens e, em sequência, cruzar esse mapa com o mapa das aprendizagens concretizadas pelos indivíduos. Dessa forma, será possível avaliar, de forma objectiva e clara, a presença das instituições da sociedade civil na construção, individual, familiar e comunitária, no processo de construção dos diferentes projectos educativos. É esta a tarefa que decorre no seio da equipa de investigação do presente projecto de investigação.

Sendo o território um factor determinante no processo de qualificação dos indivíduos e das instituições, é fundamental que, em cada contexto territorial, se proceda a uma adequada cartografia de todas as aprendizagens existentes. Sem este exercício, conceptual e institucionalmente, alargado e rigoroso, não será possível a construção de um verdadeiro mapa educacional, enquanto verdadeiro e participado instrumento de apoio à gestão local e regional da Educação e da Formação.

Referências bibliográficas

- ARROTEIA, J. et al (2000). *Gafanha da Nazaré: escola e comunidade numa sociedade em mudança*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional
- CANÁRIO, R. (1996). "Nota de Apresentação". in Natália Alves et al. *A escola e o espaço local: políticas e actores*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional
- FERRAGOLO DA VEIGA, J. (2005). *Território e Desenvolvimento Local*. Oeiras: Celta Editora
- FERREIRA, F. (2005). *O Local em Educação: animação, gestão e parceria*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- GÓMEZ, J., FREITAS, O. & CALLEJAS, G. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições
- INE (2002). *Recenseamento Geral da População*. Lisboa: INE
- NICO, B. (2008). "Aprender no Interior português: Vértices para um pensamento integrado e uma acção responsável". in Bravo Nico (Org.), *Aprendizagens do Interior: reflexões e fragmentos*. Mangualde: Edições Pedagogo.